


## **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2022-SAAE**

**OBJETO:** Chamamento Público para Credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco múltiplo, Comercial ou Cooperativo e Cooperativa de Crédito, em padrão FEBRABAN, para prestação de serviços de recolhimento de contas faturas de arrecadação para o Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

### **TERMO DE ABERTURA**

Este volume do EDITAL DE LICITAÇÃO na modalidade CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2022-SAAE, possui 29 (vinte e nove) páginas, incluindo esta, numericamente ordenadas e rubricadas por minha pessoa.

Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Açailândia Estado do Maranhão, 18 de maio de 2022.

  
Halan Jefferson dos Santos Nobre  
Diretor Geral/SAAE

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2022-SAAE

O Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar procedimento de Chamamento Público para Credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco múltiplo, Comercial ou Cooperativo e Cooperativa de Crédito, em padrão FEBRABAN, nos termos deste edital e será regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores e demais normas vigentes legais.

### 1. DO OBJETO

1.1 - Chamamento Público para Credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco múltiplo, Comercial ou Cooperativo e Cooperativa de Crédito, em padrão FEBRABAN, para prestação de serviços de recolhimento de contas faturas de arrecadação para o Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

1.2 - O prazo para apresentação da documentação para o credenciamento é de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do Edital de Chamamento Público para Credenciamento, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Comissão Permanente de licitações.

### 2. DA DATA, LOCAL E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

2.2 - O recebimento dos documentos e proposta, dar-se-á no e-mail: [licitacao.saae.acailandia@outlook.com](mailto:licitacao.saae.acailandia@outlook.com), ou no endereço: Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo, CEP. 65.930-000 – Açailândia-MA, **até às 15 horas do dia 17 de junho de 2022**, para análise e lavratura da ata no dia seguinte, na sala de reunião do Departamento supracitado.

### 3. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

3.1 - O e-mail encaminhado deverá ser identificado como: CREDENCIAMENTO Nº 001/2022-SAAE.

### 4. DA RETIRADA DO EDITAL E DOS ESCLARECIMENTOS

4.1 - O Edital será disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Açailândia Maranhão ([www.acailandia.ma.gov.br/transparencia](http://www.acailandia.ma.gov.br/transparencia)). Outros esclarecimentos poderão ser obtidos por interessados junto a Comissão Permanente de Licitações, por meio do e-mail: [licitacao.saae.acailandia@outlook.com](mailto:licitacao.saae.acailandia@outlook.com).

4.2 - Decairá do direito de impugnar e/ou questionar os termos desse Edital o licitante que não o fizer até o quinto dia anterior à data inicial do encaminhamento dos documentos e proposta, apontando as suas falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3 - As impugnações deverão, necessariamente, ser encaminhadas ao e-mail: [licitacao.saae.acailandia@outlook.com](mailto:licitacao.saae.acailandia@outlook.com), sob pena do não conhecimento das mesmas.

4.4 - Os questionamentos que tenham por único objetivo obter esclarecimentos sobre eventuais obscuridades constantes deste Edital e que não visem alteração do mesmo, também poderão ser encaminhados via e-mail.

4.5 - A não apresentação de dúvidas dentro do prazo fixado no item anterior pressupõe o pleno entendimento do edital e seus anexos.

4.6 - É de exclusiva responsabilidade do interessado a obtenção esclarecimentos, não podendo alegar desconhecimento em relação às informações disponibilizadas no site da Prefeitura

Municipal de Açailândia Maranhão ou através do e-mail da CPL do SAAE (licitacao.saae.acailandia@outlook.com), relativas ao Edital.

## **5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

O prazo de vigência do Contrato originado por esse credenciamento será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que haja vantagem e conveniência para a Administração.

## **6. DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO**

6.1 – Poderão participar do presente Chamamento Público para Credenciamento:

6.1.1. As Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo, e Cooperativa de Crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital;

6.2. Não será permitida a participação nesta licitação as Instituições Financeiras:

6.2.1. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o SAAE, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

6.2.2. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com todos os órgãos da Administração Pública nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

6.2.3. Que estejam impedidas de licitar ou contratar com o Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto;

6.2.4. Que estiver em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

6.2.5. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

6.2.6. Que esteja reunida em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

6.3. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, no presente credenciamento, de mais de uma empresa.

## **7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

Os interessados a participarem do presente Credenciamento, deverão apresentar a seguinte documentação de habilitação:

### **7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

7.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial, ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades empresariais;

7.1.2.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

7.1.2.2. No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos atuais administradores;

7.1.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem 7.1.2.

7.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

7.1.5. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país,



quando a atividade assim o exigir.

## **7.2. REGULARIDADE FISCAL:**

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), **com data de expedição inferior a 60(sessenta) dias.**

7.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

7.2.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão quanto à Dívida Ativa e Previdenciária);

7.2.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa da Fazenda Estadual e Certidão quanto à Dívida Ativa).

7.2.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;

7.2.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

7.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## **7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **com data de expedição inferior a 60(sessenta) dias.**

7.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou
- publicados em jornal de grande circulação; ou
- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

a.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, contendo termo de abertura e encerramento.

a.3) sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

a.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a.4.1) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, o licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada.





#### 7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4.1. Autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil.

#### 7.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

7.5.1. Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93, conforme modelo em **Anexo IV** - deste Edital.

7.6. O SAAE se reserva o direito de exigir o documento original para confronto com os documentos encaminhados para o credenciamento para dirimir quaisquer dúvidas.

7.7 - Os documentos deverão ser redigidos em português, datilografados com clareza e encaminhados por processo eletrônico e não poderão conter rasuras ou emendas.

7.8 - Os documentos deverão estar dentro do prazo de suas respectivas validades. Aqueles documentos que não possuírem expressamente prazo de validade, somente serão aceitos quando emitidos até **60 (sessenta) dias** antecedentes à data de sua apresentação.

#### 8. DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO E DA TARIFA MÁXIMA A SER PAGA

8.1 - A proposta deverá estar digitada, redigida em Português de forma clara e detalhada, isenta de emendas ou rasuras, devendo ser assinada ao seu final e rubricadas as demais folhas, devendo constar. **Anexo III** - deste Edital.:

8.2 - Indicação da instituição financeira: razão social, endereço completo, CNPJ/MF;

8.3 - Número do Edital: DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N.º 001/2022-SAAE

8.4 - O preço da tarifa máxima a ser paga pelo SAAE, igual ao estimado no presente Edital (cláusula 8.12), deverá incluir todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, devendo constar:

8.5 - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura das propostas;

8.6 - Data, assinatura e identificação do representante legal;

8.7 - A apresentação da Proposta caracteriza que a Proponente tem conhecimento pleno de todas as disposições do presente Edital e da Lei Federal de nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e que concorda expressamente com as mesmas.

8.8 - A constatação a qualquer tempo de adulteração ou falsificação dos documentos apresentados ensejará a adoção da aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos, bem como de Representação à autoridade competente, para aplicação da penalidade de inidoneidade, independentemente das medidas penais cabíveis.

8.9 - As penalidades administrativas previstas neste edital serão aplicadas também às proponentes ou credenciadas, na hipótese de chegar ao conhecimento deste Município a emissão de quaisquer documentos adulterados ou falsos, apresentados perante outros órgãos ou entidades públicas.

8.10 - Serão inabilitadas as Instituições que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos solicitados ou o fizerem de forma incompleta.

8.11 - O SAAE poderá, a qualquer tempo, promover o descredenciamento da instituição financeira que deixar de satisfazer às exigências estabelecidas no presente Edital ou descumprir qualquer cláusula e condição do Contrato de Credenciamento que vier a ser celebrado, assegurado o amplo direito de defesa nos termos da legislação aplicável.





Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

## 8.12 - DA TARIFA MÁXIMA A SER PAGA:

8.12.1 - O Banco credenciado será remunerado pela prestação dos serviços de recolhimento de contas faturas de arrecadação para o SAAE, referente às modalidades arrecadação, e canais alternativos até o preço máximo de:

**a) tarifa no valor de R\$ 1,34 (Um real e trinta e quatro centavos):** por tarifa de arrecadação por meio de correspondentes bancários;

**b) tarifa no valor de R\$ 1,34 (Um real e trinta e quatro centavos):** por tarifa de arrecadação por meio de canais alternativos (terminais de autoatendimento e “internet/personal banking”);

8.12.2 - O Banco debitará o valor correspondente à tarifa contratada, obrigatoriamente na mesma data estabelecida para o repasse, na conta de livre movimentação do CONTRATANTE.

8.13 - Serão consideradas classificadas as propostas que preenchem as condições fixadas.

## 9. DO PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

9.1 - O presente Edital de Chamamento Público para Credenciamento será processado pela Comissão Permanente de Licitações.

9.2 - A partir do dia, local e hora designados no preâmbulo deste Edital, a Comissão Permanente de Licitações iniciará os trabalhos, examinando em até 05 (cinco) dias úteis de sua entrega, a documentação apresentada pela instituição interessada no credenciamento.

9.3 - É facultada à Comissão Permanente de Licitações a promoção de diligências ou reuniões destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do Credenciamento, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos interessados, que deverão ser satisfeitos no prazo estabelecido.

9.4 - Do ato de análise de cada proposta de credenciamento será lavrada ata circunstanciada, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e remetida por via postal com aviso de recebimento, ou retirada pelo interessado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, mediante protocolo, na Comissão Permanente de Licitações.

9.5 - Será desclassificada e/ou inabilitada a Proponente que:

- a. Não obedecer às condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público para Credenciamento;
- b. Apresentar tarifa superior a ser paga pelo SAAE e/ou manifestamente inexecutável;
- c. Apresentar proposta em desacordo com as condições deste Edital;
- d. Deixar de apresentar documentação exigida neste Edital.

## 10. DO RECURSO E NOVO CREDENCIAMENTO

10.1 - De todas as decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitações caberá, no prazo de 05 (dois) dias úteis, recursos administrativos que serão apreciados na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/1993.

10.2 - Os recursos deverão ser encaminhados para o e-mail: licitacao.saae.acailandia@outlook.com.

10.3 - A Instituição Bancária que for inabilitada e/ou desclassificada poderá apresentar nova documentação para o credenciamento, conforme consta da Cláusula Sexta e Sétima, até o prazo final constante do item 1.2 deste edital, quanto será novamente analisada em conformidade com a Cláusula Nove.

## 11. DA CONTRATAÇÃO

11.1 - O credenciamento será procedido mediante a lavratura do respectivo Termo de Contrato de Credenciamento, para prestação de serviços de recolhimento de contas faturas de arrecadação, no qual estarão especificadas as obrigações, penalidades, sanções e demais disposições aplicáveis aos

**Município de Açailândia- SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo, Cep 65.930-000, Açailândia, Maranhão, Brasil  
CNPJ nº 10.790.639/0001-71 Home page: www.acailandia.ma.gov.br  
E-mail: licitacao.saae.acailandia@outlook.com Telefone: (99) 3538-8535, ramal 27  
Página 6/29

contratos administrativos, de conformidade com o estatuído na Lei Federal de nº 8.666/93 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

11.2 - Após a publicação do resultado, não havendo recurso, a instituição credenciada será convocada para assinatura do contrato.

11.3 - Até a celebração do Contrato de Credenciamento, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, revogar o processo de credenciamento por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, bem como cancelar o Pedido, se tomar conhecimento de fato, anterior ou posterior, que demonstre dolo ou má fé da licitante, ou que comprometa a sua idoneidade técnica, financeira ou administrativa, sem que desta decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou direito à indenização de alguma espécie.

11.4 - Nenhuma instituição bancária participante deste processo de credenciamento pode ignorar a legislação, no que diz respeito aos efeitos da execução do respectivo Contrato.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1 Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

**I - advertência escrita:** quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

**II - multas:**

a) **0,03% (três centésimos por cento)** por dia sobre o valor dos serviços entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

b) **0,06% (seis centésimos por cento)** por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas.

c) **5 % (cinco por cento)** sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

d) **20 % (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato - caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais;

**III - suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

**IV - declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 13. CRITÉRIO DE REAJUSTE

13.1 - Os preços dos serviços objeto deste termo, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, ocorrerão de forma automática sem que haja necessidade de solicitação por parte da(s) CONTRATADA(S).

13.2 - O valor das tarifas relativas a cada serviço mencionado no caput desta Cláusula será reajustado anualmente com base no **IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado**,



do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — ou o que venha a substituí-lo — ou, ainda, outro índice de reajuste pactuado, acumulado no período de 12 (doze) meses.

#### 14. DO EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

14.1. Os valores definidos para os serviços prestados poderão ser revistos, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

#### 15. DOS RECURSOS FINANCEIROS

15.1 - As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação do Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto:

Unidade Orçamentária: 30.40

Especificação: 17.122.0061.2-288 (Manutenção Administrativa do SAAE)

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 (Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica)

Fonte de Recurso: 500 (Recursos Ordinários-Recurso do Exercício Corrente)

#### 16. DOS QUANTITATIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADO
01	TARIFA DE ARRECADAÇÃO POR MEIO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS	10.000	120.000
02	TARIFA DE ARRECADAÇÃO POR MEIO DE CANAIS ALTERNATIVOS (TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO E "INTERNET/PERSONAL BANKING")	10.000	120.000

16.1. As quantidades dos gêneros propostas poderão sofrer alterações tanto com acréscimo ou decréscimo, conforme interesse da administração.

16.2 - O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado.

#### 17. DO PAGAMENTO

17.1 - As Instituições credenciadas deverão creditar o valor líquido na conta indicada pelo Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgotos, já deduzido a tarifa do montante arrecadado no dia.

#### 18. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

18.1- Providenciar a impressão das contas faturas e o envio das mesmas ao domicílio dos interessados, com a necessária antecedência à data do vencimento. Nas contas deve constar mensagem indicativa, como por exemplo: a impressão de código de barras no padrão FEBRABAN.

18.2 - Aceitar como comprovante de quitação, o recibo disponibilizado pelo(a) CONTRATADO(A) credenciado(a), quando da liquidação das guias.

18.3 - Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação.

18.4 - Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras.



Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

- 18.5 - Remunerar o(a) CONTRATADO(A) credenciado pelos serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação de relatórios mensais determinados no Termo de Referência.
- 18.6 - Pôr à disposição dos Clientes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos.
- 18.7 - Manter por 30 (trinta) dias cópia do arquivo enviado ao(à) CONTRATADO(A) conveniado, para substituição na eventualidade de sua danificação.
- 18.8 - O CONTRATANTE não poderá, em hipótese alguma, utilizar o Documento de Crédito - DOC e/ou Boleto de Cobrança, como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis;
- 18.9 - Permitir que o Banco CONTRATADO faça verificação junto ao CONTRATANTE, por meio de seus funcionários ou prepostos, a fim de se certificar da existência e correção de referida autorização;
- 18.10 - O CONTRATANTE pagará tarifa ao Banco CONTRATADO, na forma ajustada pelas partes, cujo valor será definido com base na tabela de tarifas de serviços bancário, apresentado na proposta de preços descrita em contrato.
- 18.11 - O CONTRATANTE está ciente e concorda com o fato de o Banco CONTRATADO debitar as tarifas mencionadas no item 18.10, nos respectivos dias e contas correntes indicada em contrato.
- 18.12 - Os débitos relativos às tarifas ou outras responsabilidade deveram ser informados ao CONTRATANTE por meio de lançamentos no seu extrato de conta corrente acompanhado de comprovante.

#### **19. SÃO OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A) CREDENCIADO(A):**

- 19.1- Arrecadar em seus postos bancários, meios eletrônicos e outras representações, inclusive os que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do presente credenciamento.
- 19.2 - Apresentar ao SAAE CONTRATANTE, no ato da assinatura do presente credenciamento, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do credenciamento, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pelo CONTRATANTE.
- 19.3 - Comunicar formalmente ao CONTRATANTE, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do(a) CONTRATADO(A) credenciado(a), que resultem em descontinuidade nas modalidades contratadas e colocadas à disposição do CONTRATANTE, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente credenciamento;
- 19.4 - A informação recebida nos contas faturas e guias de arrecadação da CONTRATANTE, serão obtidas pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pelo CONTRATANTE.
- 19.5 - O CONTRATADO(A) credenciado(a) não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do CONTRATANTE, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações.
- 19.6 - O(S) CONTRATADO(S) enviará ao CONTRATANTE, ao setor responsável, até as 10:00h do dia seguinte ao do processamento, todas as ocorrências referentes às guias arrecadadas, devendo o CONTRATANTE acompanhar, diariamente, todas as ocorrências de processamento mencionadas no arquivo-retorno repassado pelo(s) CONTRATADO(S), sendo observado que o(s) BANCO(S)/CONTRATADO(S) não prestara conta de documento físico.
- 19.7 - Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas, através do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento (D+2), a crédito da conta informado pelo CONTRATANTE.

**Município de Açailândia- SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo, Cep 65.930-000, Açailândia, Maranhão, Brasil  
CNPJ nº 10.790.639/0001-71 Home page: [www.acailandia.ma.gov.br](http://www.acailandia.ma.gov.br)  
E-mail: [licitacao.saae.acailandia@outlook.com](mailto:licitacao.saae.acailandia@outlook.com) Telefone: (99) 3538-8535, ramal 27  
Página 9/29



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

- 19.8 - Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição.
- 19.9 - Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços.
- 19.10 - Fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários.
- 19.11 - Disponibilizar ao CONTRATANTE os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) obrigado(a) a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 19.12 - Manter as informações de transmissão de arquivos de arrecadação e débito automático em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.
- 19.13 - O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) repassará o produto da arrecadação resultante dos pagamentos vinculados as guias de arrecadação municipal e contas faturas e Receita e/ou outros em que o CONTRATANTE figure como CREDOR, deverá ser informado e repassado ao CONTRATANTE até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento (D+2).
- 19.14 - Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.
- 19.15 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, ou, por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, dos serviços, objeto da presente contratação.
- 19.16 - Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da prestação dos serviços, objeto da presente contratação.
- 19.17 - O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) ficará obrigado a refazer, às suas expensas, os serviços que forem recusados, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
- 19.18 - Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, apontados pela fiscalização.
- 19.19 - O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) ficará obrigado a manter durante toda execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, inclusive quanto às condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento.
- 19.20 - Faturar os serviços nos preços constantes em Portaria a ser publicada, ou se apostilado no valor do apostilamento, sendo-lhe vedado apresentar valores superiores aos constantes no Contrato ou na Nota de Apostilamento.
- 19.21 - Responder civil e criminalmente, pelos danos que causar a terceiros, em razão da inadequada execução dos serviços.
- 19.22 - O produto da arrecadação diária será lançado em "Conta de Arrecadação", conforme COSIF/BACEN.
- 19.23 - O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação de acordo com o prazo estabelecido neste documento.
- 19.24 - As Instituições credenciadas deverão creditar o valor líquido na conta indicada pelo CONTRATANTE, já deduzida a tarifa do montante arrecadado no dia.
- 19.25 - A Instituição prestará serviços de recolhimento de contas faturas em padrão FEBRABAN, através das modalidades de arrecadação e débito automático.
- 19.26 - A prestação dos serviços de arrecadação, através de contas faturas bancários com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do CONTRATANTE, serão realizadas pela instituição credenciada, por suas subsidiárias, agências





Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.

19.27- É vedado ao(à) CONTRATADO(A) credenciado(a):

19.27.1 Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para ao CONTRATANTE.

19.28 Da coleta, tratamento, proteção e confidencialidade dos dados:

19.28.1 A contratada declara para todos os fins, que qualquer atividade realizada envolvendo o tratamento de dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle de informação, modificação, comunicação, resultante do objeto do presente contrato, bem como o uso e marketing de tais dados e as medidas adotadas para a privacidade e segurança, respeitará todas as obrigações e requisitos de proteção de dados, incluindo, mais não se limitando a lei nº 13.709/2018-lei geral de proteção de dados pessoais (lgpd);

19.29 Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do CONTRATANTE.

19.30 Não será considerada como repassada a arrecadação:

19.31 Enquanto o arquivo das transações remetido pelo(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) não for recebido e processado pelo CONTRATANTE.

19.32 Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

## **20. DO PROCEDIMENTO - ARRECADAÇÃO POR MEIO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS OU CANAIS ALTERNATIVOS (TERMINAIS DE AUTO ATENDIMENTO E "INTERNET/PERSONAL BANKING")**

20.1 - Verificar se a importância a ser recebida é aquela especificada no documento por "TOTAL A PAGAR".

20.2 - Recusar recebimento de documentos que contiverem emendas ou rasuras.

20.3 - Recusar recebimento de documentos que estiverem incompletos, tendo em vista que todos os documentos são apresentados contendo, no mínimo, duas vias: comprovante do Cliente e Via do SAAE. Nestes casos, o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) deverá orientar o Cliente para que procure o Atendimento do SAAE para solicitação da segunda via ou a solicite segunda via pelo sitio do SAAE.

20.4 - Emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras.

20.5 - A liquidação de documentos através de canais alternativos será de responsabilidade do Cliente.

20.6 - Em nenhuma hipótese, rasgar, grampear, perfurar, escrever, dobrar ou amassar a via do SAAE.

20.7 - Destacar os talões evitando invalidar qualquer carácter, entregar ao Cliente a via do documento que lhe é destinada restando a via do SAAE, mantendo-os em arquivo físico ou eletrônico por um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.

20.8 - Na caracterização de diferenças ou falta de prestação de contas recebidas caberá ao(à) CONTRATADO(A) credenciado(a) o envio de cópia das contas que originaram a diferença, para regularização, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias. O CONTRATANTE poderá, dentro do prazo de guarda, solicitar a entrega destes documentos para verificação ou pesquisa.

20.9 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data da arrecadação o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) e o CONTRATANTE ficarão desobrigados de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos e seus respectivos valores.

20.10 - Receber quaisquer outros títulos emitidos em nome e por conta do CONTRATANTE, sem



Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

selecionar Clientes e limitar horário para o recebimento dos contas faturas e guias de arrecadação municipal, exceto nas hipóteses previstas no item 20.5.

20.11 - A correção dos possíveis erros de autenticação, para o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) que utiliza máquina autenticadora convencional, será admitida somente mediante ressalva no verso do documento, datada e assinada pelo(a) CONTRATADO(A) credenciado(a), devendo ainda ser observado o seguinte:

a) - Quando a autenticação for menor que a devida, a correção deverá ser feita mediante autenticação complementar.

b) - Quando a autenticação for maior que a devida, inutilizar a autenticação errada por um traço simples e autenticar novamente com o valor correto.

c) - Quando ocorrer defeito na impressão na máquina autenticadora (erro mecânico de data, número, etc.), inutilizar a autenticação errada por um traço simples e autenticar novamente com o valor correto.

20.12 - Caso o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) utilize impressora fiscal deve efetuar o cancelamento do cupom fiscal e emitir outro.

20.13 - Os arquivos com registros do movimento arrecadado serão colocados à disposição do CONTRATANTE até as 10 (dez) horas do dia subsequente à arrecadação, por meio de transmissão eletrônica, padrão FEBRABAN, estando o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) isento da entrega dos documentos físicos.

20.14 - Após a entrega do arquivo fica estabelecido o prazo de 48 horas para leitura e devolução ao(à) CONTRATADO(A) credenciado(a) no caso de apresentação de inconsistência.

20.15 - O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a), por sua vez, deverá regularizar o arquivo também dentro de 48 horas, após a recepção do comunicado de inconsistência.

20.16 - Caso o CONTRATANTE não identifique o processamento de arquivos de acordo com o número sequencial dos mesmos, o(a) CONTRATADO(A) conveniado(a) através do seu canal de atendimento deverá disponibilizar o arquivo:

a) - Até 30 (trinta) dias a contar da data do movimento poderá ocorrer disponibilização do arquivo retorno sem ônus ao CONTRATANTE.

b) - A partir do 31º dia, se houver necessidade de disponibilização, independente dos motivos que originaram este procedimento faculta-se ao(à) CONTRATADO(A) credenciado(a) cobrança de tarifas.

20.17 - O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) fica desde já autorizado a fragmentar os documentos físicos da arrecadação, objeto deste contrato, 45 (quarenta e cinco) dias após a data de arrecadação.

## 21. DO MEIO DE COMUNICAÇÃO

21.1 - O meio de comunicação do CONTRATANTE para com o CONTRATADO(A) credenciado(a) e do CONTRATADO(A) para com o CONTRATANTE, será por escrito entre as partes.

21.2 - As transmissões dos arquivos, na origem da transmissão serão sem custos adicionais para as partes.

21.3 - Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste contrato, inclusive transmissão de arquivos, dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a sua implantação.

## 22 - TRANSFERÊNCIA DE NÚMERÁRIO

22.1 - O produto resultante dos pagamentos vinculado os contas faturas em que o SAAE figure como CREDOR deverá ser informado e repassado O SAAE até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento.

**Município de Açailândia- SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo, Cep 65.930-000, Açailândia, Maranhão, Brasil  
CNPJ nº 10.790.639/0001-71 Home page: www.acailandia.ma.gov.br  
E-mail: licitacao.saae.acailandia@outlook.com Telefone: (99) 3538-8535, ramal 27  
Página 12/29

22.2 - Os valores referentes aos repasses não efetuados no prazo contratado sofrerão correção com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais do dia útil seguinte ao previsto no item anterior desta Cláusula até o dia do efetivo repasse mais multa.

22.3 - O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de arrecadação do SAAE: BANCO-AGÊNCIA-CONTA; sendo que, todas essas contas deverá fazer transferência via TED/DOC para conta movimento no BANCO DO BRASIL Ag. 1311-0, Conta: 38101-2, de acordo com o prazo estabelecido no caput desta Cláusula.

**Observação: Hoje a conta movimento encontra-se no Banco do Brasil, podendo ser alterado a qualquer tempo por conveniência do SAAE.**

### **23 - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

23.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21/06/93.

23.2. Constitui motivo para rescisão do Contrato:

- a) o não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou nos prazos estipulados;
- d) a paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- g) a decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- h) a dissolução da sociedade;
- i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- k) a supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- l) a suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) a não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviço, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.



p) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.  
q) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

**Parágrafo Primeiro** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** - A rescisão deste **CONTRATO** poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e/ou bilateral e escrita da Administração;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação.

#### **24. DA FISCALIZAÇÃO**

24.1 - A fiscalização e acompanhamento dos serviços/contrato serão feita por servidor da Administração do SAAE especialmente designados, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

24.2-As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

24.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

#### **25. DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

25.1 – O(A) CONTRATADO(A) responderá por todo e qualquer dano provocado ao SAAE, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo SAAE, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

25.2 - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo SAAE, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo(a) CONTRATADO(A), de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo SAAE a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

25.3 - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade do(a) CONTRATADO(A) for apresentada ou chegar ao conhecimento do SAAE, este comunicará o(a) CONTRATADO(A) por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao SAAE a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo(a) CONTRATADO(A) não a eximem das responsabilidades assumidas perante ao SAAE, nos termos desta cláusula.

25.4 - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do SAAE, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pelo(a) CONTRATADO(A), independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao SAAE, mediante a adoção das seguintes providências: a) - Dedução de créditos do(a) CONTRATADO(A).



b) - Execução da garantia prestada, se for o caso. c) - Medida judicial apropriada, a critério do SAAE.

## 26 - DOS TRIBUTOS E ENCARGOS

26.1 - Todos os ônus fiscais e tributários que incidam ou que venham a incidir sobre os serviços objeto deste Contrato são de exclusiva responsabilidade da(o) CONTRATADO(A).

26.2 - O(A) CONTRATADO(A) promoverá as diligências necessárias e efetuará os recolhimentos e pagamentos de tais tributos e contribuições nos prazos legais. Caso o CONTRATANTE tenha que realizar algum procedimento dessa natureza, promoverá o respectivo reembolso, a ela devido, em qualquer pagamento a ser feito ao(à) CONTRATADO(A).

26.3 - O(A) CONTRATADO(A) deverá apresentar, quando solicitado, ao CONTRATANTE, cópia das guias referentes ao recolhimento dos tributos devidamente quitados.

26.4 - Obriga-se o(a) CONTRATADO(A) a cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, de seguro, higiene e segurança do trabalho, assumindo todos os encargos inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas.

## 27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 - As Instituições Financeiras credenciadas em período anterior a edição deste Edital deverão atender às novas exigências a partir da publicação do Aviso de Credenciamento/Comunicado, sob pena de descredenciamento.

27.2 - O credenciamento dos habilitados será publicado no site da Prefeitura Municipal de Açailândia/transparência.

27.3 - Não serão aceitas, nem levadas em consideração propostas feitas por meio de telegramas, fax, ou outra forma contrária à disposta neste Edital.

27.4 - O CONTRATANTE reserva-se o direito de encerrar ou revogar total ou parcialmente o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO a qualquer tempo, em defesa do interesse público, ou anulá-lo, por ilegalidade.

27.5 - Somente poderão participar do presente credenciamento as Instituições que atenderem todas as condições do Edital.

27.6 - Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei nº 8.666/93.

27.7 - A contratação dos serviços objeto do Credenciamento se fará nos termos da minuta de Contrato de Credenciamento, em caráter não exclusivo, pelo qual serão credenciadas todas as Instituições Bancárias que apresentarem os documentos e a proposta, e preencherem as condições exigidas.

27.8 - É vedado às Instituições Bancárias ceder a terceiros, ainda que parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Credenciamento que vier a ser celebrado. 27.9 - Fica eleito o foro da Comarca de Açailândia/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste credenciamento.

Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Açailândia Estado do Maranhão, em 18 de maio de 2022.



Halan Jefferson dos Santos Nobre  
Diretor Geral SAAE

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA ARRECAÇÃO DE FATURAS DE ÁGUA**

**1. INTRODUÇÃO**

O Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, é a Autarquia responsável pela captação, tratamento e distribuição de água tratada no município de Açailândia-MA. A área Administrativa do SAAE vem solicitar o lançamento de edital de credenciamento de instituições financeiras a fim de formalizar e efetuar as arrecadações das faturas emitidas para cobrança de consumo de água e coleta de esgoto.

**2. OBJETIVO**

Credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco múltiplo, Comercial ou Cooperativo e Cooperativa de Crédito, em padrão FEBRABAN, para prestação de serviços de recolhimento de contas faturas de arrecadação para o Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

**3. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS**

a. O SAAE atende a população através da captação, tratamento, reservação e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. Estes serviços são cobrados através de tarifas, que depois de efetuada a leitura em medidores instalados nos imóveis do município de Açailândia/MA, é emitida a fatura para que os clientes efetuem o pagamento das mesmas.

b. O SAAE não possui estrutura capaz de executar a cobrança direta destas faturas, por isso existe a necessidade de efetuar credenciamento com Instituições Financeiras para realizar os serviços objeto deste documento com observância dos itens a seguir e especificações técnicas descritas no manual de procedimentos – padrão FEBRABAN.

**4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS E VALORES DO OBJETO:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT. MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	TARIFA DE ARRECAÇÃO POR MEIO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS	10.000	120.000	1,34	160.800,00
02	TARIFA DE ARRECAÇÃO POR MEIO DE CANAIS ALTERNATIVOS (TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO E "INTERNET/PERSONAL BANKING")	10.000	120.000	1,34	160.800,00
	VALOR TOTAL				321.600,00

**Parágrafo único:** As quantidades dos gêneros propostas poderão sofrer alterações tanto com acréscimo ou decréscimo, conforme interesse da administração. O preço deverá ser fixo, em reais, equivalente ao de mercado.







Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

## 5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência do Contrato originado por esse credenciamento será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que haja vantagem e conveniência para a Administração.

## 6. DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO

6.1 – Poderão participar do presente Chamamento Público para Credenciamento:

6.1.1. As Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo, e Cooperativa de Crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital;

6.2. Não será permitida a participação nesta licitação as Instituições Financeiras:

6.2.1. Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com o SAAE, nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

6.2.2. Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com todos os órgãos da Administração Pública nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

6.2.3. Que estejam impedidas de licitar ou contratar com o Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto;

6.2.4. Que estiver em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

6.2.5. Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

6.2.6. Que esteja reunida em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

6.3. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, no presente credenciamento, de mais de uma empresa.

## 7. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Os interessados a participarem do presente Credenciamento, deverão apresentar a seguinte documentação de habilitação:

### 7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;


7.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado na Junta Comercial, ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades empresariais;

7.1.2.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

7.1.2.2. No caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos atuais administradores;

7.1.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem 7.1.2.

7.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas

  
**Município de Açailândia- SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo, Cep 65.930-000, Açailândia, Maranhão, Brasil  
CNPJ nº 10.790.639/0001-71 Home page: www.acailandia.ma.gov.br  
E-mail: licitacao.saae.acailandia@outlook.com Telephone: (99) 3538-8535, ramal 27  
Página 17/40

tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

7.1.5. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

## **7.2. REGULARIDADE FISCAL:**

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), **com data de expedição inferior a 60(sessenta) dias.**

7.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

7.2.3. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão quanto à Dívida Ativa e Previdenciária);

7.2.4. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa da Fazenda Estadual e Certidão quanto à Dívida Ativa).

7.2.5. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;

7.2.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.

7.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## **7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **com data de expedição inferior a 60(sessenta) dias.**

7.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- publicados em Diário Oficial; ou

- publicados em jornal de grande circulação; ou

- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

a.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, contendo termo de abertura e encerramento.

a.3) sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da

sede ou domicílio do licitante.

a.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a.4.1) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, o licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada.

#### **7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

7.4.1. Autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil.

#### **7.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

7.5.1. Declaração da empresa de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e artigo 27, inciso V, da Lei 8.666/93, conforme modelo em **Anexo IV** - deste Edital.

7.6. O SAAE se reserva o direito de exigir o documento original para confronto com os documentos encaminhados para o credenciamento para dirimir quaisquer dúvidas.

7.7 - Os documentos deverão ser redigidos em português, datilografados com clareza e encaminhados por processo eletrônico e não poderão conter rasuras ou emendas.

7.8 - Os documentos deverão estar dentro do prazo de suas respectivas validades. Aqueles documentos que não possuírem expressamente prazo de validade, somente serão aceitos quando emitidos até **60 (sessenta) dias** antecedentes à data de sua apresentação.

#### **8. DA CONTRATAÇÃO**

8.1 - O credenciamento será procedido mediante a lavratura do respectivo Termo de Contrato de Credenciamento, para prestação de serviços de recolhimento de contas faturas de arrecadação, no qual estarão especificadas as obrigações, penalidades, sanções e demais disposições aplicáveis aos contratos administrativos, de conformidade com o estatuído na Lei Federal de nº 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

8.2 - Após a publicação do resultado, não havendo recurso, a instituição credenciada será convocada para assinatura do contrato.

8.3 - Até a celebração do Contrato de Credenciamento, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, revogar o processo de credenciamento por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, bem como cancelar o Pedido, se tomar conhecimento de fato, anterior ou posterior, que demonstre dolo ou má fé da licitante, ou que comprometa a sua idoneidade técnica, financeira ou administrativa, sem que desta decisão possa resultar, em qualquer caso, reclamação ou direito à indenização de alguma espécie.

8.4 - Nenhuma instituição bancária participante deste processo de credenciamento pode ignorar a legislação, no que diz respeito aos efeitos da execução do respectivo Contrato.





## 9. DAS PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

**I - advertência escrita:** quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

**II - multas:**

a) **0,03% (três centésimos por cento)** por dia sobre o valor dos serviços entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

b) **0,06% (seis centésimos por cento)** por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas.

c) **5 % (cinco por cento)** sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

d) **20 % (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato - caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais;

**III - suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

**IV - declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

## 10. DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

10.1 - Os preços dos serviços objeto deste termo, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, ocorrerão de forma automática sem que haja necessidade de solicitação por parte da(s) **CONTRATADA(S)**.

10.2 - O valor das tarifas relativas a cada serviço mencionado no caput desta Cláusula será reajustado anualmente com base no **IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** — ou o que venha a substituí-lo — ou, ainda, outro índice de reajuste pactuado, acumulado no período de 12 (doze) meses.

## 11. DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

11.1. Os valores definidos para os serviços prestados poderão ser revistos, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

## 12. DO PAGAMENTO

12.1 - As Instituições credenciadas deverão creditar o valor líquido na conta indicada pelo Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgotos, já deduzido a tarifa do montante arrecadado no dia.

## 13. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

13.1- Providenciar a impressão das contas faturas e o envio das mesmas ao domicílio dos interessados, com a necessária antecedência à data do vencimento. Nas contas deve constar mensagem indicativa, como por exemplo: a impressão de código de barras no padrão FEBRABAN.

13.2 - Aceitar como comprovante de quitação, o recibo disponibilizado pelo(a) CONTRATADO(A) credenciado(a), quando da liquidação das guias.

13.3 - Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação.

13.4 - Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras.

13.5 - Remunerar o(a) CONTRATADO(A) credenciado pelos serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação de relatórios mensais determinados no Termo de Referência.

13.6 - Pôr à disposição dos Clientes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos.

13.7 - Manter por 30 (trinta) dias cópia do arquivo enviado ao(à) CONTRATADO(A) conveniado, para substituição na eventualidade de sua danificação.

13.8 - O CONTRATANTE não poderá, em hipótese alguma, utilizar o Documento de Crédito - DOC e/ou Boleto de Cobrança, como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis;

13.9 - Permitir que o Banco CONTRATADO faça verificação junto ao CONTRATANTE, por meio de seus funcionários ou prepostos, a fim de se certificar da existência e correção de referida autorização;

13.10 - O CONTRATANTE pagará tarifa ao Banco CONTRATADO, na forma ajustada pelas partes, cujo valor será definido com base na tabela de tarifas de serviços bancário, apresentado na proposta de preços descrita em contrato.

13.11 - O CONTRATANTE está ciente e concorda com o fato de o Banco CONTRATADO debitar as tarifas mencionadas no item 13.10, nos respectivos dias e contas correntes indicada em contrato.

13.12 - Os débitos relativos às tarifas ou outras responsabilidades deverão ser informados ao CONTRATANTE por meio de lançamentos no seu extrato de conta corrente acompanhado de comprovante.

## 14. SÃO OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A) CREDENCIADO(A):

14.1- Arrecadar em seus postos bancários, meios eletrônicos e outras representações, inclusive os que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do presente credenciamento.

14.2 - Apresentar ao SAAE CONTRATANTE, no ato da assinatura do presente credenciamento, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do credenciamento, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pelo CONTRATANTE.



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

14.3 - Comunicar formalmente ao CONTRATANTE, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do(a) CONTRATADO(A) credenciado(a), que resultem em descontinuidade nas modalidades contratadas e colocadas à disposição do CONTRATANTE, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente credenciamento;

14.4 - A informação recebida nos contas faturas e guias de arrecadação da CONTRATANTE, serão obtidas pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pelo CONTRATANTE.

14.5 - O CONTRATADO(A) credenciado(a) não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do CONTRATANTE, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações.

14.6 - O(S) CONTRATADO(S) enviará ao CONTRATANTE, ao setor responsável, até as 10:00h do dia seguinte ao do processamento, todas as ocorrências referentes às guias arrecadadas, devendo o CONTRATANTE acompanhar, diariamente, todas as ocorrências de processamento mencionadas no arquivo-retorno repassado pelo(s) CONTRATADO(S), sendo observado que o(s) BANCO(S)/CONTRATADO(S) não prestara conta de documento físico.

14.7 - Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas, através do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento (D+2), a crédito da conta informado pelo CONTRATANTE.

14.8 - Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição.

14.9 - Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços.

14.10 - Fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários.

14.11 - Disponibilizar ao CONTRATANTE os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) obrigado(a) a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

14.12 - Manter as informações de transmissão de arquivos de arrecadação e débito automático em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

14.13 - O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) repassará o produto da arrecadação resultante dos pagamentos vinculados as guias de arrecadação municipal e contas faturas e Receita e/ou outros em que o CONTRATANTE figure como CREDOR, deverá ser informado e repassado ao CONTRATANTE até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento (D+2).

14.14 - Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

14.15 - Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, ou, por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, dos serviços, objeto da presente contratação.



- 14.16 - Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da prestação dos serviços, objeto da presente contratação.
- 14.17 - O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) ficará obrigado a refazer, às suas expensas, os serviços que forem recusados, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.
- 14.18 - Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, apontados pela fiscalização.
- 14.19 - O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) ficará obrigado a manter durante toda execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, inclusive quanto às condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento.
- 14.20 - Faturar os serviços nos preços constantes em Portaria a ser publicada, ou se apostilado no valor do apostilamento, sendo-lhe vedado apresentar valores superiores aos constantes no Contrato ou na Nota de Apostilamento.
- 14.21 - Responder civil e criminalmente, pelos danos que causar a terceiros, em razão da inadequada execução dos serviços.
- 14.22 - O produto da arrecadação diária será lançado em "Conta de Arrecadação", conforme COSIF/BACEN.
- 14.23 - O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação de acordo com o prazo estabelecido neste documento.
- 14.24 - As Instituições credenciadas deverão creditar o valor líquido na conta indicada pelo CONTRATANTE, já deduzida a tarifa do montante arrecadado no dia.
- 14.25 - A Instituição prestará serviços de recolhimento de contas faturas em padrão FEBRABAN, através das modalidades de arrecadação e débito automático.
- 14.26 - A prestação dos serviços de arrecadação, através de contas faturas bancários com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do CONTRATANTE, serão realizadas pela instituição credenciada, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.
- 14.27- É vedado ao(à) CONTRATADO(A) credenciado(a):
- 14.27.1 Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para ao CONTRATANTE.
- 14.28 Da coleta, tratamento, proteção e confidencialidade dos dados:
- 14.28.1 A contratada declara para todos os fins, que qualquer atividade realizada envolvendo o tratamento de dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle de informação, modificação, comunicação, resultante do objeto do presente contrato, bem como o uso e marketing de tais dados e as medidas adotadas para a privacidade e segurança, respeitará todas as obrigações e requisitos de proteção de dados, incluindo, mais não se limitando a lei nº 13.709/2018-lei geral de proteção de dados pessoais (lgpd);
- 14.29 Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do CONTRATANTE.
- 14.30 Não será considerada como repassada a arrecadação:
- 14.31 Enquanto o arquivo das transações remetido pelo(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) não for recebido e processado pelo CONTRATANTE.



**Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

14.32 Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

**15. DO PROCEDIMENTO - ARRECAÇÃO POR MEIO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS OU CANAIS ALTERNATIVOS (TERMINAIS DE AUTO ATENDIMENTO E "INTERNET/PERSONAL BANKING")**

15.1 - Verificar se a importância a ser recebida é aquela especificada no documento por "TOTAL A PAGAR".

15.2 - Recusar recebimento de documentos que contiverem emendas ou rasuras.

15.3 - Recusar recebimento de documentos que estiverem incompletos, tendo em vista que todos os documentos são apresentados contendo, no mínimo, duas vias: comprovante do Cliente e Via do SAAE. Nestes casos, o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) deverá orientar o Cliente para que procure o Atendimento do SAAE para solicitação da segunda via ou a solicite segunda via pelo sitio do SAAE.

15.4 - Emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras.

15.5 - A liquidação de documentos através de canais alternativos será de responsabilidade do Cliente.

15.6 - Em nenhuma hipótese, rasgar, grampear, perfurar, escrever, dobrar ou amassar a via do SAAE.

15.7 - Destacar os talões evitando invalidar qualquer carácter, entregar ao Cliente a via do documento que lhe é destinada retendo a via do SAAE, mantendo-os em arquivo físico ou eletrônico por um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.

15.8 - Na caracterização de diferenças ou falta de prestação de contas recebidas caberá ao(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) o envio de cópia das contas que originaram a diferença, para regularização, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias. O CONTRATANTE poderá, dentro do prazo de guarda, solicitar a entrega destes documentos para verificação ou pesquisa.

15.9 - Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data da arrecadação o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) e o CONTRATANTE ficarão desobrigados de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos e seus respectivos valores.

15.10 - Receber quaisquer outros títulos emitidos em nome e por conta do CONTRATANTE, sem selecionar Clientes e limitar horário para o recebimento dos contas faturas e guias de arrecadação municipal, exceto nas hipóteses previstas no item 15.5.

15.11 - A correção dos possíveis erros de autenticação, para o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) que utiliza máquina autenticadora convencional, será admitida somente mediante ressalva no verso do documento, datada e assinada pelo(a) CONTRATADO(A) credenciado(a), devendo ainda ser observado o seguinte:

a) - Quando a autenticação for menor que a devida, a correção deverá ser feita mediante autenticação complementar.

b) - Quando a autenticação for maior que a devida, inutilizar a autenticação errada por um traço simples e autenticar novamente com o valor correto.

c) - Quando ocorrer defeito na impressão na máquina autenticadora (erro mecânico de data, número, etc.), inutilizar a autenticação errada por um traço simples e autenticar novamente com o valor correto.

15.12 - Caso o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) utilize impressora fiscal deve efetuar o

cancelamento do cupom fiscal e emitir outro.

15.13 - Os arquivos com registros do movimento arrecadado serão colocados à disposição do CONTRATANTE até as 10 (dez) horas do dia subsequente à arrecadação, por meio de transmissão eletrônica, padrão FEBRABAN, estando o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) isento da entrega dos documentos físicos.

15.14 - Após a entrega do arquivo fica estabelecido o prazo de 48 horas para leitura e devolução ao(à) CONTRATADO(A) credenciado(a) no caso de apresentação de inconsistência.

15.15 - O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a), por sua vez, deverá regularizar o arquivo também dentro de 48 horas, após a recepção do comunicado de inconsistência.

15.16 - Caso o CONTRATANTE não identifique o processamento de arquivos de acordo com o número sequencial dos mesmos, o(a) CONTRATADO(A) conveniado(a) através do seu canal de atendimento deverá disponibilizar o arquivo:

a) - Até 30 (trinta) dias a contar da data do movimento poderá ocorrer disponibilização do arquivo retorno sem ônus ao CONTRATANTE.

b) - A partir do 31º dia, se houver necessidade de disponibilização, independente dos motivos que originaram este procedimento faculta-se ao(à) CONTRATADO(A) credenciado(a) cobrança de tarifas.

15.17 - O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) fica desde já autorizado a fragmentar os documentos físicos da arrecadação, objeto deste contrato, 45 (quarenta e cinco) dias após a data de arrecadação.

## 16. DO MEIO DE COMUNICAÇÃO

16.1 - O meio de comunicação do CONTRATANTE para com o CONTRATADO(A) credenciado(a) e do CONTRATADO(A) para com o CONTRATANTE, será por escrito entre as partes.

16.2 - As transmissões dos arquivos, na origem da transmissão serão sem custos adicionais para as partes.

16.3 - Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste contrato, inclusive transmissão de arquivos, dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a sua implantação.

## 17 - DAS TRANSFERÊNCIAS DE NÚMERÁRIOS

17.1 - O produto resultante dos pagamentos vinculado os contas faturas em que o SAAE figure como CREDOR deverá ser informado e repassado O SAAE até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento.

17.2 - Os valores referentes aos repasses não efetuados no prazo contratado sofrerão correção com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais do dia útil seguinte ao previsto no item anterior desta Cláusula até o dia do efetivo repasse mais multa.

17.3 - O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de arrecadação do SAAE: BANCO-AGÊNCIA-CONTA; sendo que, todas essas contas deverá fazer transferência via TED/DOC para conta movimento no BANCO DO BRASIL Ag. 1311-0, Conta: 38101-2, de acordo com o prazo estabelecido no caput desta Cláusula.

**Observação: Hoje a conta movimento encontra-se no Banco do Brasil, podendo ser alterado a qualquer tempo por conveniência do SAAE.**

## 18. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS:



18.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, devidamente a serem classificadas no contrato a ser celebrado com a instituição credenciada.

**19. ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO/ADITAMENTO(S) OU OUTROS INSTRUMENTOS HÁBEIS:**

19.1. A contratante nomeará uma pessoa de seu preposto para exercer as atividades de fiscalização da execução do instrumento contratual/aditamento(s) ou outros instrumentos hábeis.

19.2. As decisões e/ou providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser encaminhadas ao Diretor Geral, em tempo hábil, para adoção das medidas cabíveis.

**20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1 - As Instituições Financeiras credenciadas em período anterior a edição do Edital deverão atender às novas exigências a partir da publicação do Aviso de Credenciamento/Comunicado, sob pena de descredenciamento.

20.2 - O credenciamento dos habilitados será publicado no site da Prefeitura Municipal de Açailândia/transparência.

20.3 - Não serão aceitas, nem levadas em consideração propostas feitas por meio de telegramas, fax, ou outra forma contrária à disposta no Edital.

20.4 - O SAAE reserva-se o direito de encerrar ou revogar total ou parcialmente o Edital de Credenciamento a qualquer tempo, em defesa do interesse público, ou anulá-lo, por ilegalidade.

20.5 - Somente poderão participar do presente credenciamento as Instituições que atenderem todas as condições do Edital.

20.6 - Onde o Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei nº 8.666/93.

20.7 - A contratação dos serviços objeto do Credenciamento se fará nos termos da minuta de Contrato de Credenciamento, em caráter não exclusivo, pelo qual serão credenciadas todas as Instituições Bancárias que apresentarem os documentos e a proposta, e preencherem as condições exigidas.

20.8 - É vedado às Instituições Bancárias ceder a terceiros, ainda que parcialmente, os direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Credenciamento que vier a ser celebrado.

20.9 - Fica eleito o foro da Comarca de Açailândia/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste credenciamento.

**21. UNIDADE DE FISCALIZADORA:**

21.1. Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto.



Halan Jefferson dos Santos Nobre  
Diretor Geral/SAAE

(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO)

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2022-SAAE  
ANEXO I**

**(MODELO) SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

Observação: Este modelo poderá ser utilizado como modelo de solicitação

A instituição financeira ....., inscrita no CNPJ sob o nº. ...., sediada à ....., bairro ....., município de ....., por seu representante legal o Sr. ...., inscrito sob o CPF nº. ....e RG nº: ....., domiciliado na ....., e-mail ....., nº. de telefone ....., vem por meio deste, solicitar o Credenciamento, junto ao Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto, para prestação de serviços de recolhimento de contas faturas de arrecadação, através dos canais habilitados conforme abaixo:

- Tarifa de arrecadação por meio de correspondentes bancários Autoatendimento;  
 Tarifa de arrecadação por meio de canais alternativos (terminais de autoatendimento e "internet/personal banking");

Declara, sob as penalidades da lei, preencher, nesta data, todas as condições exigidas no Edital do Credenciamento nº. 001/2022-SAAE e, nunca ter sofrido qualquer penalidade no exercício da atividade, especialmente que possui estrutura para prestar os serviços previstos no Edital, e que aceita prestar os serviços pelos valores constantes da tabela prevista no edital supra citado. Apresenta documentos, declarando expressamente a concordância com todas as condições apresentadas no Edital e ciência de que o pedido de Credenciamento poderá ser deferido ou indeferido, segundo a avaliação da Comissão Permanente de Licitações.

As intimações e comunicações decorrentes deste requerimento poderão ser remetidas ao endereço eletrônico ....., seja pessoalmente, por carta ou outro meio idôneo.

Termos em que, Pede deferimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do licitante.





Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO)

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2022-SAAE

ANEXO II

(MODELO) CARTA CREDENCIAL

Açailândia/MA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
AÇAILÂNDIA/MA  
PROCEDIMENTO: CREDENCIAMENTO Nº 001/2022-SAAE

O abaixo-assinado, responsável legal pela Empresa \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, vem pela presente informar a Vs. Sas. que o Sr. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ é designado para representar nossa empresa na Licitação acima referida,  
podendo assinar atas e demais documentos, interpor recursos e impugnações, receber  
notificação, tomar ciência de decisões, assinar propostas e rubricar documentos das demais  
licitantes, recorrer, desistir da interposição de recursos, acordar, formular lances verbais,  
enfim, praticar todos os atos inerentes ao certame.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Nome, Identidade e Assinatura do Responsável Legal

**(Com firma reconhecida em cartório)**

**Município de Açailândia- SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo, Cep 65.930-000, Açailândia, Maranhão, Brasil  
CNPJ nº 10.790.639/0001-71 Home page: [www.acailandia.ma.gov.br](http://www.acailandia.ma.gov.br)  
E-mail: [licitacao.saae.acailandia@outlook.com](mailto:licitacao.saae.acailandia@outlook.com) Telefone: (99) 3538-8535, ramal 27  
Página 28/40



(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO)

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2022-SAAE  
ANEXO III**

(MODELO) PROPOSTA DE PREÇOS

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
AÇAILÂNDIA/MA  
PROCEDIMENTO: CREDENCIAMENTO Nº 001/2022-SAAE

\_\_\_\_\_ (nome da instituição) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em  
\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a) \_\_\_\_\_,  
portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,  
encaminha documentação para se habilitar a prestação de serviços de recebimento serviços de  
recolhimento de contas faturas de arrecadação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANT. MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	TARIFA DE ARRECADAÇÃO POR MEIO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS	10.000	120.000		
02	TARIFA DE ARRECADAÇÃO POR MEIO DE CANAIS ALTERNATIVOS (TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO E "INTERNET/PERSONAL BANKING")	10.000	120.000		
	VALOR TOTAL				

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022



(IMPRIMIR EM PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO)

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2022-SAAE  
ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Prezado senhor,

\_\_(nome da empresa)\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_(endereço completo)\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/(99), que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz. (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Declaramos ainda, ter ciência que “a falsidade de declaração, resultará na inabilitação desta empresa e caracterizará o crime de que trata o Art. 2 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como demais normas pertinentes à espécie”.

Açailândia/MA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Nome, Identidade e Assinatura do Responsável Legal



**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2022-SAAE  
ANEXO IV**

**MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO N.º \_\_\_\_/2022  
PROCESSO N.º \_\_\_\_/2022  
CREDENCIAMENTO N.º. 001/2022-SAAE

CONTRATO COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL NA FORMA DE BANCO MÚLTIPLO, COMERCIAL OU COOPERATIVO E COOPERATIVA DE CRÉDITO, EM PADRÃO FEBRABAN, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE CONTAS FATURAS DE ARRECADAÇÃO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO E A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO.

Por este instrumento particular, o Município de Açailândia - SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto, situada na Rua 26, Quadra 02, Lote 07, Brasil Novo, CEP. 65.930-000, Açailândia-MA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.790.639/0001-71, neste ato representada pelo(a) Diretor Geral, Sr. \_\_\_\_\_, Portaria nº \_\_\_\_\_, portador de Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, neste ato, representada pelo, Sr. \_\_\_\_\_ portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Processo nº 019/2022** e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição na parte em que com este não conflitar, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Contrato, regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO**

1.1. Credenciamento de Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de Banco múltiplo, Comercial ou Cooperativo e Cooperativa de Crédito, em padrão FEBRABAN, para prestação de serviços de recolhimento de contas faturas de arrecadação para o Município de Açailândia SAAE-Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

**CLAUSULA SEGUNDA - PLANILHA DE QUANTITATIVOS:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	TARIFA DE ARRECADAÇÃO POR MEIO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS	10.000	120.000		
02	TARIFA DE ARRECADAÇÃO POR MEIO DE CANAIS ALTERNATIVOS (TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO E "INTERNET/PERSONAL BANKING")	10.000	120.000		
	VALOR TOTAL				





### **CLAÚSULA TERCEIRA - DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS**

3.1. O valor pago pela prestação dos serviços será de acordo com a arrecadação:

3.2. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação:

3.2.1. Unidade Orçamentária: 30.40

3.2.2. Especificação: 17.122.0061.2-288 (Manutenção Administrativa do SAAE)

3.2.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 (Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica)

3.2.4. Fonte de Recurso: 500 (Recursos Ordinários-Recurso do Exercício Corrente)

### **CLAÚSULA QUARTA - DOS PREÇOS**

4.1. O SAAE pagará aos bancos credenciados pela prestação dos serviços de recebimento os seguintes valores:

a) **tarifa no valor de R\$ 1,34 (Um real e trinta e quatro centavos)**: por tarifa de arrecadação por meio de correspondentes bancários;

b) **tarifa no valor de R\$ 1,34 (Um real e trinta e quatro centavos)**: por tarifa de arrecadação por meio de canais alternativos (terminais de autoatendimento e “internet/personal banking”);

### **CLAÚSULA QUINTA - DOS PRAZOS**

5.1. O prazo de vigência do Contrato originado por esse credenciamento será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II, do art. 57 da Lei nº 8.666/93, desde que haja vantagem e conveniência para a Administração.

### **CLAÚSULA SEXTA - SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

6.1- Providenciar a impressão das contas faturas e o envio das mesmas ao domicílio dos interessados, com a necessária antecedência à data do vencimento. Nas contas deve constar mensagem indicativa, como por exemplo: a impressão de código de barras no padrão FEBRABAN.

6.2 - Aceitar como comprovante de quitação, o recibo disponibilizado pelo(a) CONTRATADO(A) credenciado(a), quando da liquidação das guias.

6.3 - Expedir normas e procedimentos de verificação e controle da consistência das informações relativas à arrecadação.

6.4 - Estabelecer as especificações técnicas para a captura e envio das informações, conforme as condições estabelecidas no padrão FEBRABAN de código de barras.

6.5 - Remunerar o(a) CONTRATADO(A) credenciado pelos serviços efetivamente prestados, mediante a apresentação de relatórios mensais determinados no Termo de Referência.

6.6 - Pôr à disposição dos Clientes a informação necessária para que estes possam efetuar seus pagamentos.

6.7 - Manter por 30 (trinta) dias cópia do arquivo enviado ao(à) CONTRATADO(A) conveniado, para substituição na eventualidade de sua danificação.

6.8 - O CONTRATANTE não poderá, em hipótese alguma, utilizar o Documento de Crédito - DOC e/ou Boleto de Cobrança, como documento de arrecadação, com trânsito pelo Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis;

6.9 - Permitir que o Banco CONTRATADO faça verificação junto ao CONTRATANTE, por meio de seus funcionários ou prepostos, a fim de se certificar da existência e correção de referida autorização;

6.10 - O CONTRATANTE pagará tarifa ao Banco CONTRATADO, na forma ajustada pelas partes, cujo valor será definido com base na tabela de tarifas de serviços bancário, apresentado na proposta de preços descrita em contrato.

6.11 - O CONTRATANTE está ciente e concorda com o fato de o Banco CONTRATADO debitar as tarifas mencionadas no item 6.10, nos respectivos dias e contas correntes indicada em contrato.

6.12 - Os débitos relativos às tarifas ou outras responsabilidades deveram ser informados ao CONTRATANTE por meio de lançamentos no seu extrato de conta corrente acompanhado de comprovante.

**CLAÚSULA SÉTIMA - SÃO OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A) CREDENCIADO(A):**

7.1. Arrecadar em seus postos bancários, meios eletrônicos e outras representações, inclusive os que vierem a ser inauguradas, após a assinatura do presente credenciamento.

7.2. Apresentar ao SAAE CONTRATANTE, no ato da assinatura do presente credenciamento, meios necessários à implementação da prestação de serviços ora contratados e os horários de funcionamento de cada unidade arrecadadora, mantendo tais condições durante todo o período de vigência do credenciamento, sendo que a implementação de novas modalidades de pagamento deverá ser previamente aprovada pelo CONTRATANTE.

7.3. Comunicar formalmente ao CONTRATANTE, com a maior brevidade possível, a ocorrência de avarias, danos, reparações ou modificações ocorridas no sistema de recolhimento do(a) CONTRATADO(A) credenciado(a), que resultem em descontinuidade nas modalidades contratadas e colocadas à disposição do CONTRATANTE, ou na modificação de qualquer processo que tenha reflexo nos serviços objetos do presente credenciamento;

7.4. A informação recebida nos contas faturas e guias de arrecadação da CONTRATANTE, serão obtidas pela leitura do código de barras padrão FEBRABAN ou pela digitação da respectiva representação numérica, ou por meio previamente aprovado pelo CONTRATANTE.

7.5. O CONTRATADO(A) credenciado(a) não poderá, em hipótese alguma, cobrar qualquer taxa ou tarifa do CONTRATANTE, pela recepção, processamento e pagamento de suas obrigações.

7.6. - O(S) CONTRATADO(S) enviará ao CONTRATANTE, ao setor responsável, até as 10:00h do dia seguinte ao do processamento, todas as ocorrências referentes às guias arrecadadas, devendo o CONTRATANTE acompanhar, diariamente, todas as ocorrências de processamento mencionadas no arquivo-retorno repassado pelo(s) CONTRATADO(S), sendo observado que o(s) BANCO(S)/CONTRATADO(S) não prestara conta de documento físico.

7.7. - Efetuar o repasse do produto da arrecadação de tributos e demais receitas, através do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB, até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento (D+2), a crédito da conta informado pelo CONTRATANTE.

7.8. Em caso de incorreção de dados, remeter as informações regularizadas no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do horário de recebimento da comunicação de rejeição.

7.9. Apresentar mensalmente ao CONTRATANTE documento com a discriminação dos serviços prestados, constando a quantidade, a modalidade de recebimento dos documentos e demais informações que se fizerem necessárias à apuração da prestação dos serviços.

7.10. Fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários.

7.11. Disponibilizar ao CONTRATANTE os documentos e as informações necessárias para a verificação dos procedimentos de arrecadação, ficando o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) obrigado(a) a resolver eventual irregularidade, inclusive reprocessando a informação contida nos arquivos auditados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

7.12. Manter as informações de transmissão de arquivos de arrecadação e débito automático em meio eletrônico por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

7.13. O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) repassará o produto da arrecadação resultante dos pagamentos vinculados as guias de arrecadação municipal e contas faturas e Receita e/ou outros em que o CONTRATANTE figure como CREDOR, deverá ser informado e repassado ao

CONTRATANTE até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento (D+2).

7.14. Informar os números para contato telefônico com as centrais de apoio aos serviços de transmissão dos arquivos de retorno, bem como os endereços eletrônicos também utilizados pelas mesmas, e ainda atualizá-los sempre que houver modificações destes.

7.15. Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, ou, por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, dos serviços, objeto da presente contratação.

7.16. Assumir toda responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da prestação dos serviços, objeto da presente contratação.

7.17. O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) ficará obrigado a refazer, às suas expensas, os serviços que forem recusados, sendo que o ato de recebimento não importará sua aceitação.

7.18. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, apontados pela fiscalização.

7.19. O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) ficará obrigado a manter durante toda execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, inclusive quanto às condições de habilitação e qualificação exigidas no Credenciamento.

7.20. Faturar os serviços nos preços constantes em Portaria a ser publicada, ou se apostilado no valor do apostilamento, sendo-lhe vedado apresentar valores superiores aos constantes no Contrato ou na Nota de Apostilamento.

7.21. Responder civil e criminalmente, pelos danos que causar a terceiros, em razão da inadequada execução dos serviços.

7.22. O produto da arrecadação diária será lançado em "Conta de Arrecadação", conforme COSIF/BACEN.

7.23. O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de livre movimentação de acordo com o prazo estabelecido neste documento.

7.24. As Instituições credenciadas deverão creditar o valor líquido na conta indicada pelo CONTRATANTE, já deduzida a tarifa do montante arrecadado no dia.

7.25. A Instituição prestará serviços de recolhimento de contas faturas em padrão FEBRABAN, através das modalidades de arrecadação e débito automático.

7.26. A prestação dos serviços de arrecadação, através de contas faturas bancários com respectiva prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, em favor do CONTRATANTE, serão realizadas pela instituição credenciada, por suas subsidiárias, agências bancárias e postos de serviços, existentes ou a serem criados.

7.27. É vedado ao(à) CONTRATADO(A) credenciado(a):

7.27.1. Utilizar, revelar ou divulgar, no todo ou em parte, ainda que para uso interno, informações ou documentos vinculados à prestação de serviços para ao CONTRATANTE.

7.28. Da coleta, tratamento, proteção e confidencialidade dos dados:

7.28.1. A contratada declara para todos os fins, que qualquer atividade realizada envolvendo o tratamento de dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle de informação, modificação, comunicação, resultante do objeto do presente contrato, bem como o uso e marketing de tais dados e as medidas adotadas para a privacidade e segurança, respeitará todas as obrigações e requisitos de proteção de dados, incluindo, mais não se limitando a lei nº 13.709/2018-lei geral de proteção de dados pessoais (lgpd);

7.29. Cancelar ou debitar valores sem a autorização expressa do CONTRATANTE.

7.30. Não será considerada como repassada a arrecadação:

7.31. Enquanto o arquivo das transações remetido pelo(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) não



for recebido e processado pelo CONTRATANTE.

7.32. Quando o valor constante do arquivo das transações for diferente do valor registrado no extrato, e enquanto perdurar a irregularidade.

**CLAÚSULA OITAVA - DO PROCEDIMENTO - ARRECAÇÃO POR MEIO DE CORRESPONDENTES BANCÁRIOS OU CANAIS ALTERNATIVOS (TERMINAIS DE AUTO ATENDIMENTO E "INTERNET/PERSONAL BANKING")**

8.1. Verificar se a importância a ser recebida é aquela especificada no documento por "TOTAL A PAGAR".

8.2. Poderá receber contas faturas de arrecadação após o vencimento (em todos dos canais de atendimento).

8.3. Recusar recebimento de documentos que contiverem emendas ou rasuras, estiverem incompletos, tendo em vista que todos os documentos são apresentados contendo, no mínimo, duas vias: comprovante do Cliente e Via do SAAE. Nestes casos, o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) deverá orientar o Cliente para que procure o Atendimento do SAAE para solicitação da segunda via ou a solicite segunda via pelo sitio do SAAE.

8.4. Emitir um recibo da recepção do pagamento, contendo o número de autenticação ou código de transação, valor e data de pagamento, além da representação numérica do código de barras.

8.5. A liquidação de documentos através de canais alternativos será de responsabilidade do Cliente. Será acatado como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato de conta corrente, e/ou através de recibo próprio, desde que o Cliente seja devidamente identificado.

8.6. Em nenhuma hipótese, rasgar, grampear, perfurar, escrever, dobrar ou amassar a via DO SAAE.

8.7. Destacar os talões evitando invalidar qualquer carácter, entregar ao Cliente a via do documento que lhe é destinada restando a via do SAAE, mantendo-os em arquivo físico ou eletrônico por um período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.

8.8. Na caracterização de diferenças ou falta de prestação de contas recebidas caberá ao(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) o envio de cópia das contas que originaram a diferença, para regularização, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias. O SAAE poderá, dentro do prazo de guarda, solicitar a entrega destes documentos para verificação ou pesquisa.

8.9. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data da arrecadação o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) e O SAAE ficarão desobrigados de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos e seus respectivos valores.

8.10. Receber quaisquer outros títulos emitidos em nome e por conta do SAAE, sem selecionar Clientes e limitar horário para o recebimento dos contas faturas e guias de arrecadação municipal, exceto nas hipóteses previstas no item 8.5.

8.11. A correção dos possíveis erros de autenticação, para o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) que utiliza máquina autenticadora convencional, será admitida somente mediante ressalva no verso do documento, datada e assinada pelo(a) CONTRATADO(A) credenciado(a), devendo ainda ser observado o seguinte: a) - Quando a autenticação for menor que a devida, a correção deverá ser feita mediante autenticação complementar. b) - Quando a autenticação for maior que a devida, inutilizar a autenticação errada por um traço simples e autenticar novamente com o valor correto.

8.12. Quando ocorrer defeito na impressão na máquina autenticadora (erro mecânico de data, número, etc.), inutilizar a autenticação errada por um traço simples e autenticar novamente com o valor correto.

8.13. Caso o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) utilize impressora fiscal deve efetuar o cancelamento do cupom fiscal e emitir outro.

8.14. Os arquivos com registros do movimento arrecadado serão colocados à disposição do SAAE até as 10 (dez) horas do dia subsequente à arrecadação, por meio de transmissão eletrônica,



Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo - Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

padrão FEBRABAN, estando o(a) CONTRATADO(A) credenciado(a) isento da entrega dos documentos físicos.

8.15. Após a entrega do arquivo fica estabelecido o prazo de 48 horas para leitura e devolução ao(à) CONTRATADO(A) credenciado(a) no caso de apresentação de inconsistência.

8.16. O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a), por sua vez, deverá regularizar o arquivo também dentro de 48 horas, após a recepção do comunicado de inconsistência.

8.17. Caso O SAAE não identifique o processamento de arquivos de acordo com o número sequencial dos mesmos, o(a) CONTRATADO(A) conveniado(a) através do seu canal de atendimento deverá disponibilizar o arquivo: a) - Até 30 (trinta) dias a contar da data do movimento poderá ocorrer disponibilização do arquivo retorno sem ônus O SAAE. b) - A partir do 31º dia, se houver necessidade de disponibilização, independente dos motivos que originaram este procedimento faculta-se ao(à) CONTRATADO(A) credenciado(a) cobrança de tarifas.

8.18. O(A) CONTRATADO(A) credenciado(a) fica desde já autorizado a fragmentar os documentos físicos da arrecadação, objeto deste contrato, 45 (quarenta e cinco) dias após a data de arrecadação.

#### **CLAUSULA NONA - DO MEIO DE COMUNICAÇÃO**

9.1. O meio de comunicação do CONTRATANTE para com o CONTRATADO(A) credenciado(a) e do CONTRATADO(A) para com o CONTRATANTE, será por escrito entre as partes.

9.2. As transmissões dos arquivos, na origem da transmissão serão sem custos adicionais para as partes.

9.3. Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste contrato, inclusive transmissão de arquivos, dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias a sua implantação.

#### **CLAUSULA DÉCIMA - TRANSFERÊNCIA DE NÚMERÁRIO**

10.1. O produto resultante dos pagamentos vinculados os contas faturas de arrecadação em que O SAAE figure como CREDOR deverá ser informado e repassado O SAAE até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento.

10.2. Os valores referentes aos repasses não efetuados no prazo contratado sofrerão correção com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais do dia útil seguinte ao previsto no item anterior desta Cláusula até o dia do efetivo repasse mais multa.

10.3. O repasse do produto arrecadado será efetuado através de crédito em conta de arrecadação do SAAE: BANCO-AGÊNCIA-CONTA; sendo que, todas essas contas deverá fazer transferência via TED/DOC para conta movimento no BANCO DO BRASIL Ag. 1311-0, Conta: 38101-2, de acordo com o prazo estabelecido no caput desta Cláusula.

**Observação: Hoje a conta movimento encontra-se no Banco do Brasil, podendo ser alterado a qualquer tempo por conveniência do SAAE.**

#### **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO DO CONTRATO**

11.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 81 da Lei no. 8.666/93, de 21/06/93.

11.2. Constitui motivo para rescisão do Contrato:

- a) o não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços ou nos prazos estipulados;

**Município de Açailândia- SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo, Cep 65.930-000, Açailândia, Maranhão, Brasil  
CNPJ nº 10.790.639/0001-71 Home page: www.acailandia.ma.gov.br  
E-mail: licitacao.saae.acailandia@outlook.com Telefone: (99) 3538-8535, ramal 27  
Página 36/40



Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

- d) a paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- g) a decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- h) a dissolução da sociedade;
- i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- k) a supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei no. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- l) a suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) a não-liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de serviço, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas nos projetos;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- p) O descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- q) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que implique violação da Lei de Licitações ou prejudique a regular execução do contrato.

**Parágrafo Primeiro** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** - A rescisão deste **CONTRATO** poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e/ou bilateral e escrita da Administração;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS PENALIDADES**

12.1. Pela inexecução total ou parcial deste instrumento, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

**a - Advertência escrita:** quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de

**Município de Açailândia- SAAE Serviço Autônomo de Água e Esgoto**  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo, Cep 65.930-000, Açailândia, Maranhão, Brasil  
CNPJ nº 10.790.639/0001-71 Home page: www.acailandia.ma.gov.br  
E-mail: licitacao.saae.acailandia@outlook.com Telefone: (99) 3538-8535, ramal 27  
Página 37/40



descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

**b - multas:**

b.1) **0,03% (três centésimos por cento)** por dia sobre o valor dos serviços entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

b.2) **0,06% (seis centésimos por cento)** por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas.

b.3) **5 % (cinco por cento)** sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

b.4) **20 % (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato - caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais;

**c - suspensão temporária** de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

**d - declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. A fiscalização e acompanhamento dos serviços/contrato serão feita por servidor da Administração SAAE especialmente designados, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados na forma do Artigo 67, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

13.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes à Administração.

13.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

**CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA- DA RESPONSABILIDADE POR DANOS**

14.1. O(A) CONTRATADO(A) responderá por todo e qualquer dano provocado ao CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo CONTRATANTE, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

14.2. Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo CONTRATANTE, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo(a) CONTRATADO(A), de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo CONTRATANTE a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

14.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade do(a) CONTRATADO(A) for

apresentada ou chegar ao conhecimento do CONTRATANTE, este comunicará o(a) CONTRATADO(A) por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao CONTRATANTE a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo(a) CONTRATADO(A) não a eximem das responsabilidades assumidas perante ao CONTRATANTE, nos termos desta cláusula.

14.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do CONTRATANTE, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pelo(a) CONTRATADO(A), independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao CONTRATANTE, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) - Dedução de créditos do(a) CONTRATADO(A).
- b) - Execução da garantia prestada, se for o caso.
- c) - Medida judicial apropriada, a critério do CONTRATANTE.

#### **CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS TRIBUTOS E ENCARGOS**

15.1. Todos os ônus fiscais e tributários que incidam ou que venham a incidir sobre os serviços objeto deste Contrato são de exclusiva responsabilidade da(o) CONTRATADO(A).

15.2. O(A) CONTRATADO(A) promoverá as diligências necessárias e efetuará os recolhimentos e pagamentos de tais tributos e contribuições nos prazos legais. Caso O CONTRATANTE tenha que realizar algum procedimento dessa natureza, promoverá o respectivo reembolso, a ela devido, em qualquer pagamento a ser feito ao(à) CONTRATADO(A).

15.3. O(A) CONTRATADO(A) deverá apresentar, quando solicitado, ao CONTRATANTE, cópia das guias referentes ao recolhimento dos tributos devidamente quitados.

15.4. Obriga-se o(a) CONTRATADO(A) a cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, de seguro, higiene e segurança do trabalho, assumindo todos os encargos inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DO EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO**

16.1. Os valores definidos para os serviços prestados poderão ser revistos, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CRITÉRIO DE REAJUSTE**

17.1. Os preços dos serviços objeto deste termo, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, ocorrerão de forma automática sem que haja necessidade de solicitação por parte da(s) CONTRATADA(S).

17.2. O valor das tarifas relativas a cada serviço mencionado no caput desta Cláusula será reajustado anualmente com base no **IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** — ou o que venha a substituí-lo — ou, ainda, outro índice de reajuste pactuado, acumulado no período de 12 (doze) meses.

#### **CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
Açailândia - MA  
Rua 26, Quadra 02, Lote 07 Brasil Novo – Açailândia-MA  
CNPJ: 10.790.639/0001-71

contidas na Lei nº 8.178, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLAÚSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

Fica Eleito o foro da Cidade de Açailândia-MA com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato. E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela Contratada e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Açailândia (MA), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)  
Diretor geral do SAAE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADO

(XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)  
Representante Legal

**Testemunhas:**

1º \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

2º \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_